

Entrevista

Programa Caminhos da Amazônia – O que é a justiça climática?¹

Suíá Kafure da Rocha²

Daniela Pantoja³

Nos últimos anos, nós, habitantes deste planeta Terra, não temos cuidado da nossa casa como deveríamos, queimamos as matas poluímos, os rios desmatamos as florestas. Enfim, fizemos tanta coisa e não nos preocupamos que todas essas ações contribuíssem para o agravamento das mudanças climáticas severas enchentes desproporcionais calor insuportável em algumas regiões derretimento das geleiras são apenas algumas das consequências, mas não é apenas a fauna e a flora que sofrem. Nós, seres humanos, sentimos as consequências de tudo isso e os grupos que estão em regiões mais vulneráveis acabam sendo os mais afetados. De acordo com o relatório do IPCC essa vulnerabilidade pode ser agravada pela desigualdade e marginalização relacionadas a gênero, etnia, ou baixa renda e é neste cenário que entra a justiça climática proposto por movimentos socioambientais globais. O conceito de justiça climática busca associar a luta contra a crise climática garantia de direitos das pessoas.

Daniela Pantoja: Nesta entrevista falamos com Suíá Kafure da Rocha, Coordenadora Geral de Programas Econômicos e Ambientais do Ministério do Planejamento e Orçamento, seja bem-vinda aos Caminhos da Amazônia, inicialmente gostaria que explicasse aos nossos ouvintes qual o conceito de justiça climática?

Suíá Kafure da Rocha: Hoje em dia, com toda a problemática das mudanças climáticas, com todas as catástrofes ambientais que a gente tem vivenciado; enchentes, secas, ondas de calor que são decorrentes da ação antrópica (ação humana), a gente tem falado muito desse conceito de justiça climática. É um conceito que ainda não tem uma definição fechada, o próprio papel intergovernamental sobre mudanças climáticas não tem esse conceito fechado. É um conceito ainda em processo de disputa mesmo, em que grupos da

¹ Disponível em https://redenoticiasdamazonia.com.br/?post_type=post&p=1895

² Coordenadora Geral de Programas Econômicos e Ambientais do Ministério do Planejamento e Orçamento. E-mail: suiakr@gmail.com

³ Formada em comunicação social com habilitação em jornalismo, especialização em marketing e mídias sociais. E-mail: pantojasilvad@gmail.com



elite buscam hegemonia nesse conceito. porque ele trata da busca por uma distribuição justa e equitativa dos custos e dos benefícios da luta contra as mudanças climáticas. Ele trata da responsabilidade histórica das desigualdades existentes entre os países e entre populações, porque ele é centrado no ser humano e nessa justiça climática. Ele traz aquelas populações mais vulneráveis, o respeito a essas populações na adoção das medidas para combater e resistir às mudanças climáticas. A gente tem aqui os direitos dos povos indígenas, dos povos de comunidades tradicionais, dos migrantes deslocados, das crianças comunidades tradicionais dos estudantes que vivem em situações de vulnerabilidade também econômica.

D.P: E quais são os tipos de justiça climática?

S.K.R: O princípio da justiça climática deveria combater as situações de desigualdade que se instalaram entre regiões e países do mundo, e, nesse sentido, o movimento pela justiça climática propõe a ideia de que as mudanças do clima são mais do que uma questão de cunho ambiental e climático, são problemas de direitos humanos. E, também que esses custos das medidas de mitigação, o que é a mitigação? É a redução das emissões de gases de efeito estufa CO₂ na atmosfera e o aumento dos sumidouros de carbono na Terra, que esses custos de medidas de mitigação são também os esforços de adaptação às alterações climáticas que seriam os esforços daquilo que já está acontecendo, os desastres que a gente já está vivendo em nossos sistemas, as nossas cidades, as nossas florestas, o mar...

D.P: A partir de que momento começou a ser debatido essa temática no Brasil e de que forma tem sido feita essa incidência?

S.K.R: No Brasil, esse movimento se iniciou em 1998 quando representantes americanos participaram do encontro sobre a Justiça Ambiental organizada por ONGs, pesquisadores universitários, sindicalistas. Esse evento teve pequena repercussão, mas 3 anos mais tarde foi realizado o colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania envolvendo aí um público mais amplo e que resultou na formação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Ela é um fórum de discussão de articulação política formado por movimentos sociais, sindicatos, entidades ambientalistas, organizações de grupos étnicos, pesquisadores universitários e o objetivo dessa Rede é desenvolver ações coletivas de enfrentamento às situações de injustiça ambiental. Promover a troca de experiências entre os grupos que vivem essas lutas ambientais, articular pesquisadores e desenvolver estudos que contribuam para promover a justiça ambiental no Brasil. A justiça climática entra dentro desse conceito de justiça ambiental, que decorre posteriormente .

D. P.: E quais populações precisam urgentemente de justiça climática?

S. K. R.: A justiça climática é a maneira como a gente pode nomear uma das principais formas de combater injustiças sociais de gênero e de classe. E tanto quanto forem os eixos de opressão que quando somados culminam em impactos ao clima e ao meio ambiente. São essas populações mais vulneráveis que precisam de ações para a justiça climática, e, que, sobretudo, é para um dos pilares da justiça climática que é a transição justa. Esta é um princípio de transição na nossa economia, gradual, em direção à empregos e economias sustentáveis, cujo foco é não deixar ninguém para trás. A gente sabe que hoje a gente está vivendo um momento de transição, sobretudo a transição energética que se fala muito, mas essa transição vai gerar impacto e as situações mais vulneráveis tendem a ser as mais excluídas também nessa transição. A gente vai ter que novos tipos de emprego, novos tipos de educação vêm junto com uma transição também tecnológica, então a gente precisa de educação climática.

D. P: Como os governos federal estadual e municipal devem atuar para combater a injustiça climática?

S. K. R: A gente sabe que a justiça ambiental, a discussão sobre o racismo, introduziram nesse cenário das discussões e reivindicações relacionadas ao meio ambiente essa ótica racial de direitos ligados comunidades negras, as comunidades de imigrantes, aos direitos indígenas, aos direitos de povos e comunidades tradicionais, aos direitos das mulheres. Então para ter soluções para os problemas ambientais, essa solução vem necessariamente ligada ao combate ao racismo, as demais discriminações e a própria erradicação da pobreza. A diminuição dessas desigualdades sociais que passam por políticas sociais, políticas econômicas, políticas ambientais, políticas produtivas industriais, agrárias, etc. Elaetem que estar refletido em todos esses planos setoriais, os planos setoriais de mitigação, os planos setoriais de adaptação que a gente está reconstruindo estão no nível Federal e que também vai ser construído no nível Estadual e Municipal. Essa desigualdade tem que ser considerada em todos esses recortes temáticos.